



EDITORIAL

Este primeiro número do ano de 2021 da revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, em tempos de pandemia da Covid-19, reitera a insistente atualidade da questão agrária e o modo como tais assuntos estão presentes e influenciando direta ou indiretamente a vida cotidiana. Os conteúdos aqui apresentados tratam de situações implicadas no espaço agrário desde o sul da América do sul até o Nordeste brasileiro.

O artigo de Piedracueva & Tubío certamente se tornará um trabalho de referência e consulta, pois traz uma minuciosa e detida revisão de um conjunto de interpretações que abordam o modelo extracionista do agronegócio e sua forma de ação e atuação no continente sul americano em especial no Cone Sul. Situa o debate em torno de questões como: Estado e suas alianças com as corporações transnacionalizadas; exploração e esgotamento dos recursos naturais; conflitos sociais de resistência ao agronegócio e ao neoextrativismo.

Camponeses e a construção da soberania alimentar na Paraíba: entre disputas, retrocessos e esperanças discute as diferenças conceituais entre segurança e soberania alimentar. Tendo o estado da Paraíba como fulcro, a autora correlaciona as políticas públicas de combate à fome com os indicadores de segurança alimentar. Ao final conclui que há uma paralisia e significativo impacto com os cortes por parte do Estado nas políticas públicas de combate à fome.

O trabalho de Beatriz Barbosa da Silva projeta em tela a produção da territorialidade indígena no contexto do sistema mundo moderno-colonial. Analisa em revista as origens coloniais da formação territorial do Brasil e como tal sistema se reproduz mantendo sua essência e atualizando suas características e formas.

O quarto artigo deste número lança luz á temática agroecológica. Apresenta dois aspectos do mesmo assunto. Um mais teórico e no campo das disputas conceituais e de método e outro plano que é o da produção prática relacionado com a vida camponesa. Chama a atenção para os desafios de cultivar as terras e as águas dos sertões semiáridos onde há uma imbricada e complexa teia de interatuação com a natureza. Esses desafios estão no campo das: técnicas, experimentações e construção de estratégias para produzir alimentos e viver bem nos territórios.

Piancó & Nobre contribuem na discussão, da relação, Estado e campesinato. Apontam os aspectos contraditórios do Estado capitalista e o campesinato caririense e da dificuldade de unificação da pauta de luta deste último. Os autores ressaltam a revisão documental ao mesmo tempo, que afirmam que o assunto está inconcluso e evidenciam o protagonismo do Estado nos violentos processos de ordenamento territorial.

Na seqüência temos o artigo: Os impactos do fechamento das escolas do campo em Pernambuco. Nele constatamos que a política pública de educação do campo tem sido tratada de modo pontual e contingencial, como resposta a pressão exercida por organizações e movimentos sociais rurais. O trabalho revela o processo de fechamento das escolas do campo em Pernambuco e como este fato está diretamente associado à qualidade da vida e da organização socioeconômica das famílias camponesas.

Por fim os dois últimos trabalhos consistem no texto original sobre a cartografia vivencial e social e a resenha do livro: Terra de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. No primeiro a autora propõe uma reflexão que busca compreender as relações e experiências das crianças com os espaços por elas ocupados. O conceito de vivência assume uma centralidade chave no diálogo com as formas cartográficas. E no segundo o autor ressalta a importância da leitura da obra do professor e educador Alfredo Wagner Berno de Almeida. Chama a atenção para a nossa compreensão e sensibilidade para as formas de usos dos territórios tradicionalmente ocupados e como as diversas maneiras de interação comunitária ainda hoje são significativamente presentes e seguem se reproduzindo no Brasil.

Desejamos aos leitores um excelente estudo e sublinhamos a necessidade da permanente vigília diante do avanço do agronegócio sob as bênçãos do Estado sobre os territórios indígenas e camponeses.